

A Organização Mundial de Saúde (OMS) preconiza que a relação ideal entre médicos e habitantes é, respectivamente, de um para 1000. No Brasil, temos um profissional de Medicina para cerca de 600 cidadãos. No Estado de São Paulo, existe um médico para cada grupo de 457 habitantes e na capital a proporção é de um para 264.

Formam-se anualmente cerca de 10 mil médicos. De 1996 a 2003, o Ministério da Educação autorizou a criação de 37 cursos de Medicina, apesar de pareceres contrários do Conselho Nacional de Saúde e das constantes denúncias das entidades médicas de que o aparelho formador está priorizando a quantidade e não a qualidade. Hoje, existem 121 escolas de Medicina em funcionamento.

Diversos desses cursos não têm estrutura adequada de ensino e colocam profissionais com formação insuficiente na assistência à saúde. Outro agravante: apenas 60% dos formandos têm acesso à residência médica, absolutamente necessária à capacitação.



A despeito de todos esses indicadores e problemas, uma Comissão Interministerial, criada por decreto em 23 de outubro de 2003 assinado pela Presidência da República, estuda a possibilidade de abrir aos profissionais de saúde de Cuba, médicos, enfermeiros e profissionais de áreas correlatas, o precedente de não precisar revalidar o diploma para trabalhar no Brasil. Diz o decreto em seus artigos 1º e 6º:

Art. 1º Fica criada a Comissão Interministerial encarregada de analisar as condições para o registro recíproco dos diplomas de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, na área de saúde, nos termos do Protocolo de Intenções na área de Educação, Saúde e Trabalho, firmado em Havana, em 26 de setembro de 2003, entre a República Federativa do Brasil e a República de Cuba.

Art. 6º Os profissionais cubanos da área de saúde que já estiverem no Brasil, com visto de trabalho concedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, poderão ter seus vistos prorrogados por mais dois anos ou até que tenham sido implementadas as medidas legais ou administrativas que visem o registro dos diplomas de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, na área de saúde, expedidos pelas universidades cubanas, mediante a apresentação, ao Ministério da Justiça, do protocolo de requerimento de registro de seus diplomas.